

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTÁBEIS E ATUÁRIA

CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Henrique de Souza Gandolfo

**Evolução e Perspectivas dos Investimentos Chineses no Brasil: Uma
Análise Detalhada (2007-2020)**

São Paulo – SP

2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTÁBEIS E ATUÁRIA

CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Henrique de Souza Gandolfo

**Evolução e Perspectivas dos Investimentos Chineses no Brasil: Uma
Análise Detalhada (2007-2020)**

Monografia submetida à apreciação de banca examinadora do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, elaborada sob a orientação da Prof. Dr. Ricardo Carlos Gaspar

São Paulo – SP

2024

Data de aprovação:

Banca Examinadora

RESUMO

O presente trabalho analisa as mudanças econômicas e comerciais e seus impactos nas relações internacionais, com foco no papel da China e suas relações com o Brasil. Ele começa com uma breve história da globalização e do comércio internacional, destacando a trajetória do Brasil nesse cenário e o desenvolvimento recente da China. Em seguida, aborda a evolução dos investimentos chineses no Brasil entre 2007 e 2020, examinando os fatores motivadores e os resultados desses investimentos, a partir de uma análise setorial e geográfica. Por fim, explora como os investimentos chineses moldaram a economia global, especialmente durante a pandemia, destacando a adaptação e resiliência das empresas chinesas no contexto econômico global.

Palavras-chave: Comércio internacional, Brasil-China, análise setorial, globalização, investimentos chineses

ABSTRACT

The present work analyzes economic and commercial changes and their impacts on international relations, focusing on the role of China and its relations with Brazil. It begins with a brief history of globalization and international trade, highlighting Brazil's trajectory in this context and China's recent development. It then examines the evolution of Chinese investments in Brazil from 2007 to 2020, analyzing the motivating factors and outcomes of these investments through a sectoral and geographical lens. Finally, it explores how Chinese investments have shaped the global economy, particularly during the pandemic, emphasizing the adaptation and resilience of Chinese companies in the global economic context.

Keywords: International trade, Brazil-China, sectoral analysis, globalization, chinese investments

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. MUDANÇAS ECONÔMICAS E COMERCIAIS: IMPACTOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	9
1.1 Breve História da Globalização.	9
1.1.2 Breve História da comercialização e do comércio internacional	11
1.2 Breve História do Brasil no Comércio Internacional.....	12
1.3 Caracterização do desenvolvimento recente da China.....	16
2. A EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL: FATORES MOTIVADORES E RESULTADOS DURANTE O PERÍODO DE 2007 A 2020.	19
2.1 Construindo Pontes Financeiras: A Jornada dos Investimentos Chineses no Brasil a partir do Crescimento Comercia.	19
2.2 Explorando as Mudanças no Interesse Chinês: Uma Análise Setorial dos Investimentos Anunciados e Confirmados.	25
2.3 O mapa da presença chinesa nos negócios brasileiros.....	29
2.4 Entrada no mercado: abordagens por meio de aquisições e investimentos.	33
2.5 Investimentos chineses no Brasil em 2020: a transformação dos negócios em meio à pandemia.	34
3. A CHINA NO MUNDO DOS NEGÓCIOS: COMO OS INVESTIMENTOS CHINESES MOLDARAM A ECONOMIA GLOBAL COM A EXTROVERSÃO DAS EMPRESAS CHINESAS.....	40
3.1 Adaptação e resiliência: investimentos chineses sob a sombra da pandemia.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem sido objeto de crescente interesse por parte dos investidores chineses, que direcionam uma parcela significativa de seu capital para oportunidades de negócios e parcerias estratégicas no país. A presença dos investimentos chineses tem se destacado como um fenômeno de relevância no cenário econômico brasileiro, despertando tanto entusiasmo quanto preocupações em relação às suas implicações e impactos.

A China, uma das maiores economias do mundo e em rápido crescimento, busca diversificar seus investimentos e garantir acesso a recursos naturais, mercados consumidores e tecnologias. Nesse contexto, o Brasil se apresenta como um parceiro atraente, com sua vasta extensão territorial, riquezas naturais e potencial de desenvolvimento.

Os investimentos chineses no Brasil têm se concentrado em setores estratégicos, como infraestrutura, energia, agronegócio e tecnologia. Grandes projetos de infraestrutura, como portos, ferrovias e usinas de energia, têm recebido aportes significativos de capital chinês, impulsionando a modernização e a expansão da capacidade logística do país.

No setor energético, a China tem investido em áreas como petróleo, gás natural e energia renovável, buscando garantir o suprimento estável de recursos energéticos para sustentar seu crescimento econômico contínuo. Esses investimentos têm contribuído para o desenvolvimento do setor energético brasileiro, além de fortalecer as relações bilaterais entre os dois países.

No agronegócio, a China se tornou um dos principais parceiros comerciais do Brasil, especialmente na compra de commodities como soja, carne bovina e aves. Os investimentos chineses nesse setor têm impulsionado a produção agrícola brasileira e gerado oportunidades de exportação, ao mesmo tempo em que desafiam o país a lidar com questões relacionadas à concentração de terras e à sustentabilidade ambiental.

Embora os investimentos chineses tenham o potencial de impulsionar o crescimento econômico do Brasil, eles também levantam preocupações em relação à soberania nacional, segurança estratégica e dependência excessiva de uma única nação. O debate em torno desses investimentos envolve questões complexas, que vão desde a transferência

de tecnologia até a proteção de setores estratégicos e a promoção da competitividade local.

Nesta monografia, exploraremos a fundo os investimentos chineses no Brasil, analisando seus impactos econômicos, desafios e implicações estratégicas. Será realizado um estudo abrangente dos setores de maior interesse para os investidores chineses, além de uma avaliação crítica dos efeitos desses investimentos na economia brasileira como um todo. Serão abordados aspectos como os modelos de investimento, os benefícios e riscos associados, bem como as políticas e mecanismos necessários para garantir um ambiente de negócios equilibrado e mutuamente benéfico entre as duas nações.

O primeiro capítulo tem como objetivo mostrar a evolução comercial de todo o mundo, com foco nas relações e evoluções comerciais de China e Brasil, como cada nação foi impactada pela globalização e os novos tempos do comércio internacional. Uma apresentação do progresso comercial da gigante asiática e do Brasil, mostrando ao longo da história o desenvolvimento econômico de cada um dos países.

1. MUDANÇAS ECONÔMICAS E COMERCIAIS: IMPACTOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

1.1 Breve História da Globalização.

O termo globalização remonta há milhares de anos, mas o fenômeno ganhou maior impulso a partir do final do século XX, com a crescente integração dos mercados financeiros, do comércio internacional e das tecnologias de informação e comunicação.

Na antiguidade, a globalização já era percebida por meio do comércio entre diferentes civilizações, como a rota da seda na Ásia e o comércio de especiarias entre o Oriente e o Ocidente. Porém, foi com as grandes navegações dos séculos XV e XVI que a globalização se intensificou, com a expansão do comércio europeu para as Américas, África e Ásia.

Para alguns autores os primórdios da Globalização remontam ao século XV (século que marca o início da expansão ultramarina empreendida pelo mundo Ocidental, designadamente pelos portugueses e espanhóis), e há mesmo quem lembre que muito antes deste período existiam contactos comerciais entre povos e mesmo viagens intercontinentais (por exemplo, já na Antiguidade os fenícios, grandes comerciantes e navegadores, percorriam as terras do mediterrâneo desde a sua costa asiática e penetravam no Atlântico, atingindo designadamente a costa ocidental portuguesa). (Campos, 2007)

No entanto, a globalização moderna teve início após a Segunda Guerra Mundial, com a criação das instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, e a formação de blocos econômicos, como a União Europeia.

Sustentava-se no desejo de uma maior abertura das economias, mas os resultados esbarraram nas assimetrias entre os Estados e em um modelo voltado para as políticas industriais nacionais. (Luiz, 2017)

É preciso resistir e desenvolver uma globalização solidária e não subordinada, que promova um conjunto de políticas públicas alternativas que possibilitem a formação de uma sociedade com menos desigualdades na distribuição de renda (Francisco, 2017).

A globalização tem como fator preponderante catalisar a proporção das escalas, integrando a nível mundial as mais diversas relações financeiras e econômicas. Por ser

um fenômeno que abrange uma série de mudanças ele é entendido através de diversos pontos de vistas, alguns mais críticos, outros menos.

A globalização, que pode ser uma força propulsora de desenvolvimento e da redução das desigualdades internacionais, está sendo corrompida por um comportamento hipócrita que não contribui para a construção de uma ordem econômica mais justa nem para um mundo com menos conflitos. (Stiglitz, 2002)

A partir da década de 1980, a globalização acelerou-se ainda mais, com a liberalização do comércio, a redução das barreiras alfandegárias e a ampliação das cadeias produtivas globais. A revolução tecnológica, com o desenvolvimento da internet e a disseminação de dispositivos móveis, também contribuiu para a intensificação da globalização.

O termo globalização tem sido usado para representar vários fenômenos, como o crescimento do comércio e dos negócios transnacionais, a interdependência entre os fluxos de capitais e as parcerias (*joint-ventures*) internacionais (Ricardo, 2000)

O discurso da “globalização” tem dois sentidos. Um descritivo ou simbólico, referido à suposta unificação do mundo. Outro, prescritivo ou normativo, representado pelas políticas neoliberais muito concretas, implementadas por agentes e instituições gestoras do capitalismo dominante. (Castro, 2009, p.1)

Hoje, a globalização é vista como um fenômeno controverso, que tem benefícios e desafios para diferentes países e grupos sociais. Por um lado, a globalização permitiu o crescimento econômico e a redução da pobreza em muitos países em desenvolvimento. Por outro lado, também gerou desigualdades, concentração de renda e perda de empregos em algumas regiões do mundo.

No essencial, pode dizer-se que o termo Globalização se tornou recorrente quando se assistiu à passagem de uma internacionalização de certas instituições econômicas de raiz nacional, ou seja, ancoradas em determinados Estados-Nação, para um processo mais generalizado de integração econômica à escala mundial. (Campos, 2007, p. 19)

Apesar dos desafios, a globalização se tornou uma realidade incontestável, moldando as relações econômicas, políticas, sociais e culturais em todo o mundo.

1.1.2 Breve História da comercialização e do comércio internacional

A história da comercialização é tão antiga quanto a própria história da humanidade. Desde a época das civilizações antigas, como a Mesopotâmia, Egito e China, havia um comércio regular de produtos entre as diferentes regiões do mundo.

Na antiguidade, o comércio era realizado por meio de rotas comerciais terrestres e marítimas. O comércio marítimo se desenvolveu a partir do século VII a.C., com a expansão do comércio pelos fenícios e, posteriormente, pelos gregos e romanos. Esses povos comercializavam especiarias, tecidos, metais, cerâmicas e outros bens que eram transportados por navios ao longo das rotas comerciais marítimas.

Durante a Idade Média, o comércio continuou a se desenvolver. A partir do século XI, as feiras se tornaram um importante meio de comércio na Europa, onde mercadores de diferentes regiões se reuniam para trocar produtos. As rotas comerciais terrestres também continuaram a ser utilizadas, especialmente na Ásia, onde a Rota da Seda era a principal via de comércio entre a China e o Oriente Médio.

A partir do século XVI, com a expansão das grandes navegações e a descoberta do Novo Mundo, o comércio global se intensificou. As rotas comerciais marítimas foram expandidas e novos produtos foram incorporados ao comércio global, como tabaco, açúcar e café.

Durante a Revolução Industrial, no século XVIII, o comércio se intensificou ainda mais, com a produção em massa de bens manufaturados e a abertura de novos mercados consumidores. A partir do século XIX, com a expansão do capitalismo e a criação de empresas multinacionais, o comércio global se tornou ainda mais complexo e sofisticado.

Os regimes de livre-comércio, predominantes na segunda metade do século XIX, foram substituídos por considerável protecionismo, na Europa e em outras regiões, entre as duas Grandes Guerras Mundiais. Como observa Angus Maddison, “*between 1913 and 1950, the world economy grew much more slowly than in 1870-1913, world trade grew much less than world income, and the degree of inequality between regions increased substantially*” (Sarquis, 2011, p. 16)

No século XX, com a criação de organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) ajudou a regularizar e liberalizar o comércio internacional. A OMC

promove um sistema de comércio aberto, justo e previsível para o desenvolvimento econômico e o bem-estar dos países membros. E a abertura dos mercados financeiros globais, o comércio global atingiu níveis nunca antes vistos. A partir dos anos 1990, com a globalização e o advento da internet, o comércio eletrônico se expandiu rapidamente, criando novas oportunidades de negócios e transformando a forma como as empresas operam.

Hoje, a comercialização é uma atividade fundamental para a economia global. O comércio global movimenta trilhões de dólares a cada ano e é responsável por criar empregos, gerar renda e impulsionar o desenvolvimento econômico em todo o mundo.

1.2 Breve História do Brasil no Comércio Internacional

O Brasil no comércio internacional tem um passado longo, remontando ao período colonial, quando o país era uma colônia de Portugal. Naquela época, o Brasil produzia principalmente açúcar, que era exportado para a Europa e outros países. A história do Brasil no comércio internacional, à luz da teoria econômica, pode ser compreendida através de diferentes abordagens. Uma delas é a teoria das vantagens comparativas, desenvolvida por David Ricardo no século XIX. No contexto do comércio internacional, a teoria das vantagens comparativas argumenta que os países devem se especializar na produção e exportação daquelas mercadorias em que possuem uma vantagem relativa em relação a outros países. No caso do Brasil, essa teoria tem sido aplicada ao longo da sua história comercial.

Possuem vantagens comparativas os bens, produzidos em um determinado país, cujos custos de produção sejam menores que os de outro país. As vantagens comparativas podem ser naturais ou adquiridas. As naturais são aquelas ligadas aos produtos agrícolas e as adquiridas são aquelas ligadas à produção de bens industriais. Esse conceito econômico é originário da economia política clássica e foi seguido pela escola marginalista. Após a Segunda Guerra Mundial, a Teoria das Vantagens Comparativas foi criticada pelos estruturalistas cepalinos, como Raúl Prebisch e Celso Furtado (Lacerda, 2018)

Com a independência do Brasil em 1822, o país desenvolveu uma especialização na produção de produtos agrícolas, como o açúcar e o café, devido às suas condições geográficas favoráveis e mão de obra abundante. Esses produtos eram demandados

principalmente pelos países europeus, que se tornaram os principais parceiros comerciais do Brasil naquela época.

A inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho é definida, desde a colonização da América, pela empreitada comercial marítima da Europa. No século XIX, mesmo conquistando sua independência política, o Brasil não rompeu os laços de subordinação estrutural aos pólos hegemônicos do capitalismo internacional. Desde o início de sua história como colônia o país se encontra diante da problemática da emancipação, que perdura até os dias atuais e tem alimentado um rico debate, no qual podemos vislumbrar pelo menos três grandes correntes de pensamento. (Lacerda, 2018)

A primeira delas identifica a solução dos problemas econômicos do país na sua incorporação ao mercado internacional de forma passiva, isto é, sem acirrar as contradições com o sistema financeiro arquitetado pelos países hegemônicos e aceitando pacificamente as regras do jogo ditadas por eles. Trata-se da abertura para o capital externo em nome da integração com o mercado mundial e da aceitação da livre concorrência. (Borges, 1996).

No início do século XX, o Brasil começou a diversificar sua economia, expandindo a produção de outros produtos agrícolas, como soja, algodão e cacau, além de minérios como o ferro. A industrialização também ganhou força, impulsionando a exportação de produtos manufaturados. Essa diversificação reflete a busca pela exploração de vantagens comparativas em diferentes setores da economia brasileira.

O surgimento do mercado de trabalho serviu para definir as duas classes sociais fundamentais para o início da produção industrial e capitalista, os empresários donos do capital e os trabalhadores destituídos dos meios de produção. A generalização da economia mercantil e a ampliação da divisão social do trabalho constituíram, as condições sociais da industrialização brasileira. (Cardoso, 1967).

As primeiras tentativas, em geral infelizes, de organização da indústria capitalista haviam sido empreendidas no Brasil em meados do século XIX. Em 1844, o governo brasileiro aproveitara a expiração do desigual tratado de comércio com a Inglaterra, que limitava os impostos alfandegários ao nível máximo de 15%, estabelecendo uma nova tarifa alfandegária, bem mais alta. Embora essa medida tenha sido tomada sobretudo para alcançar alguns objetivos fiscais, teve também certo efeito protecionista. Além disso, em

1846, o governo baixou vários decretos concedendo subsídios à produção local de artigos têxteis. (Lacerda, 2018)

Eram fábricas pequenas, usando poucas máquinas, que ainda eram muito caras, mas que apresentavam produtos de notável acabamento, embora fossem de âmbito apenas local, não se realizando quase intercâmbio de manufaturas entre as províncias. (Lima, 1976).

Na década de 1960, o Brasil passou por um período de grande crescimento econômico, impulsionado pela construção de grandes indústrias e infraestrutura. No entanto, na década seguinte, a economia brasileira enfrentou dificuldades, incluindo uma crise na dívida externa.

Nos anos 1990, O Brasil implementou políticas de proteção e incentivo à indústria nacional, bem como a abertura econômica gradual a partir da década de 1990, buscando integrar-se ao mercado global. O país se tornou um importante exportador de produtos agrícolas, incluindo carne, soja e café, além de minérios e produtos manufaturados.

O Plano de Metas proposto por JK para o período 1956-1960 continha um conjunto de 31 metas, incluída a meta-síntese: a construção de Brasília. Tratava-se de um ambicioso conjunto de objetivos setoriais que, (...) constituiu a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país (...) e conferia prioridade absoluta à construção dos estágios superiores da pirâmide industrial verticalmente integrada e do capital social básico de apoio a esta estrutura. Daria continuidade ao processo de substituição de importações que se vinha desenrolando nos dois decênios anteriores. (Lessa, 1983)

No período 1957-1961, o PIB cresceu à taxa anual de 8,2%, o que resultou em um aumento de 5,1% ao ano na renda per capita, superando o próprio objetivo do Plano de Metas. Esses resultados devem ser atribuídos ao impacto da implantação do Plano, na medida em que as projeções do Grupo Misto, publicadas em 1956, eram pessimistas com relação ao quinquênio que se iniciava. A avaliação da implementação do Plano é também positiva quando se examinam as metas setoriais, que, em sua maioria, alcançaram boas taxas de realização em relação às previsões. (Lefer, 1970).

Tabela 1.1 Plano de Metas – Previsão e Resultados (1957-1961):

Meta	Previsão	Realizado	%
Energia Elétrica (1.00 kW)	2.000	1.650	82%
Carvão (1.000 t)	1.000	230	23%
Petróleo - Produção (1.000 barris/dia)	96	75	76%
Petróleo - Refinado (1.000 barris/dia)	200	52	26%
Ferrovias (1.000 Km)	3	1	32%
Rodovias - Construção (1.000 Km)	15	17	138%
Rodovias - Pavimentação (1.000 Km)	5	-	-
Aço (1.000 t)	1.100	650	60%
Cimento (1.000 t)	1.400	870	62%
Carros e Caminhões (1.000 un.)	170	133	78%
Nacionalização (Carros - %)	90	75	-
Nacionalização (Caminhões - %)	95	74	-

Fonte: Banco do Brasil, Relatório e anuário estatístico, vários anos. Apud ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem do progresso: cem anos de política republicana, 1889/1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Hoje, o Brasil é um dos maiores exportadores do mundo, com destaque para os setores de agronegócio e mineração. O país também é um importante parceiro comercial de muitos países, incluindo os Estados Unidos, China e União Europeia. Além disso, o país busca diversificar suas exportações, promovendo setores de maior valor agregado, como a indústria automobilística, produtos químicos e tecnologia. No entanto, desafios persistem, como a busca por maior competitividade, investimentos em inovação, infraestrutura e a superação de barreiras comerciais em diferentes mercados. A teoria econômica oferece princípios valiosos para orientar as estratégias comerciais do Brasil, visando uma inserção mais eficiente e sustentável no comércio internacional.

A evolução das exportações no período 1996-2004, por fator agregado, verifica-se que os produtos básicos, depois de aumentarem sua participação no total das exportações em 1997, apresentaram queda, fechando o ano de 2000 com uma participação de 22,8% no total das exportações. Os produtos semimanufaturados, por sua vez, perderam, ao longo do período, 2,6 pontos percentuais de participação. Já os produtos manufaturados aumentaram de 55,3% para 59,05%. Mas no ano de 2004, os produtos básicos haviam ganhado 4,68 pontos percentuais de participação em relação a 1996; os produtos semifaturados perderam 4,9 pontos percentuais e os produtos manufaturados 0,41 ponto percentual. O crescimento da participação dos produtos básicos no total das exportações brasileiras é indicador da (re) primarização de sua pauta. No último ano da série, em 2010,

45% dos produtos básicos exportados foram destinados a países asiáticos (desses, 63,5% para China). (Lacerda, 2018, p. 285).

Tabela 1.2 Exportações – por fator agregado:

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Produtos Básicos	25,4	24,6	22,8	26,4	28,1	29	29,6	29,2	29,2	32,1	36,9	40,5	44,6
Produtos Semimanufaturados	15,9	16,6	15,4	14,9	14,9	15	13,9	13,5	14,2	13,6	13,7	13,4	14
Produtos Manufaturados	57,5	56,9	59,1	54,7	54,7	54,3	54,9	55,1	54,4	52,3	46,8	44	39,4
Operações Especiais	1,28	1,82	2,72	2,39	2,39	1,79	1,6	2,1	2,2	2,1	2,6	2,1	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: BACEN.

1.3 Caracterização do desenvolvimento recente da China

Nos últimos anos, a China tem testemunhado um desenvolvimento econômico notável, consolidando sua posição como uma das principais potências econômicas globais. A ascensão econômica do país tem sido impulsionada por uma combinação de fatores estratégicos, políticas governamentais hábeis e investimentos em larga escala.

Em 2012 completaram-se aproximadamente 35 anos desde o início das reformas políticas e econômicas colocadas em marcha por Deng Xiaoping. Os resultados gerados a partir de um processo ainda em movimento de políticas que visavam a promoção do crescimento econômico, do desenvolvimento, da modernização e da inserção internacional chinesa são perceptíveis. (Leite, 2013)

As ações de planejamento chinês, visando o longo prazo, concederam primazia aos objetivos econômicos: crescimento, modernização, práticas capitalistas e abertura para o mercado externo. Tais metas foram e são consideradas essenciais para a China, considerando seu espaço territorial e sua população, pois permitiriam ao Estado chinês atingir níveis de crescimento que concomitantemente fortaleceriam seu poderio político-militar interna e externamente, projetando-o ao nível de potência regional e como potência de alcance mundial. (Leite, 2013)

Uma das características mais marcantes do desenvolvimento recente da China é o seu crescimento econômico robusto e sustentado. A taxa média de crescimento do PIB nos últimos anos tem oscilado entre 6-8%, um feito notável para uma economia de seu

tamanho. A China rapidamente se tornou a segunda maior economia do mundo, com um enorme mercado consumidor interno impulsionado por uma classe média em expansão.

Uma mudança fundamental no modelo econômico chinês ocorreu com a transição de uma economia voltada para a exportação e a indústria de manufatura para uma economia mais orientada para o mercado interno e os serviços. Esse reposicionamento estratégico permitiu à China diversificar suas fontes de crescimento e diminuir sua dependência das exportações. Com uma população de mais de 1,4 bilhão de pessoas, a demanda interna se tornou um importante motor para o crescimento econômico, impulsionando setores como serviços, varejo e consumo.

Considerando seu tamanho territorial, sua população, seu histórico de invasões e intervenções estrangeiras, levando a períodos de carência no que diz respeito ao fornecimento de alimentos, a China não se pode dar ao luxo de deixar seu crescimento arrefecer, reduzindo o acesso e a inclusão da sociedade iniciada na década de 1980. Ainda, a segurança na China incorpora o acesso a bens básicos e a manutenção da estabilidade política, entre outros, ao conceito tradicional vigente no ocidente, logo, o desenvolvimento (atrelado ao crescimento) na China é decisão estratégica, relacionada à segurança (Leite, 2011).

A China também tem se destacado por seus esforços em pesquisa e desenvolvimento, inovação tecnológica e empreendedorismo. O governo chinês tem implementado políticas e programas para promover a inovação em diversos setores, desde inteligência artificial e tecnologia 5G até energias renováveis e veículos elétricos. Como resultado, a China se tornou um líder global em muitas dessas áreas, competindo com outras nações avançadas em termos de desenvolvimento tecnológico e inovação.

Inovação seria a introdução comercial de um novo produto ou “uma nova combinação de algo já existente” criados a partir de uma invenção que por sua vez pertence ao campo da ciência e tecnologia. (Schumpeter, 1934).

Outro fator crucial no desenvolvimento econômico chinês tem sido o investimento maciço em infraestrutura. O país tem construído uma extensa rede de estradas, ferrovias, portos e aeroportos, conectando regiões e impulsionando o comércio interno e externo. Esses projetos de infraestrutura têm impulsionado o crescimento econômico, melhorado a eficiência logística e criado empregos.

Observa-se na China atualmente uma continuidade no processo de otimização (consequência da modernização e do melhoramento da estrutura produtiva) da estrutura econômica construída ao longo das últimas três décadas. De acordo com o China Statistical Abstract (2008) – *Change of the industrial structure in China from 1978 to 2007* (National Bureau of Statistics of China, 2008b), ao longo das últimas três décadas houve alteração na participação dos setores na geração do produto na China. O setor terciário cresceu significativamente nos últimos anos, principalmente após 1985 (quando esse setor ultrapassa o setor primário) e mantém uma forte tendência de crescimento após o ano de 1990, aproximando do nível de participação do setor secundário. Já o setor primário vem perdendo em participação na composição do produto ao longo do período. Na verdade, trata-se de uma consequência natural do movimento em direção a uma maior industrialização e ao crescimento do setor de serviços. (Leite, 2013, p. 108)

Além disso, a China tem buscado ativamente parcerias comerciais internacionais e participado de acordos bilaterais e multilaterais. Iniciativas como o *Belt and Road Initiative* (BRI) visam a expansão da cooperação econômica e comercial com países ao redor do mundo, promovendo o comércio e a conectividade. Através dessas iniciativas, a China tem se tornado um importante parceiro comercial para muitas nações e tem fortalecido sua influência global.

Apesar dos sucessos, a China ainda enfrenta desafios significativos, como a desigualdade social, a sustentabilidade ambiental e a necessidade de equilibrar o crescimento econômico com a qualidade de vida da população. O governo chinês está ciente desses desafios e tem implementado políticas para mitigar os impactos negativos e promover um crescimento mais inclusivo e sustentável.

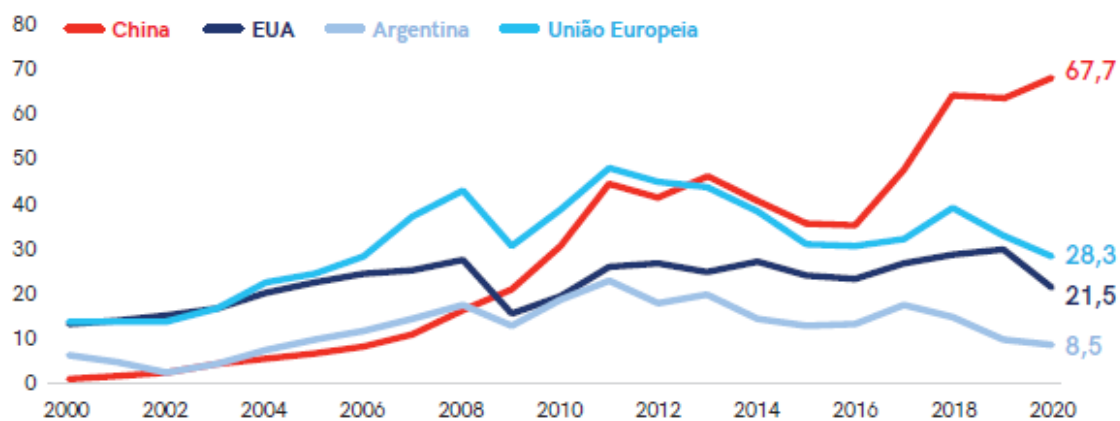
No próximo capítulo será apresentado o resultado desse desenvolvimento brasileiro e chinês com dados dos investimentos feitos pela gigante asiática no território brasileiro, qual setor foi mais impactado pelos aportes e o motivo pelo qual as grandes empresas chinesas resolveram alocar parte de seu capital em tal setor.

2. A EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL: FATORES MOTIVADORES E RESULTADOS DURANTE O PERÍODO DE 2007 A 2020.

2.1 Construindo Pontes Financeiras: A Jornada dos Investimentos Chineses no Brasil a partir do Crescimento Comercial.

O final da década de 2000 marcou o início de um novo estágio nas relações entre a China e o Brasil. Em 2009, após mais de uma década de crescimento comercial constante, a China ultrapassou a Argentina e os Estados Unidos, tornando-se o principal destino das exportações brasileiras. Em seguida, em 2013, as vendas para a China também superaram as exportações para toda a União Europeia, solidificando ainda mais a posição da China como o principal comprador de produtos brasileiros. Esse processo de expansão alcançou seu auge em 2020, um ano marcado pela pandemia de Covid-19, quando as exportações brasileiras para a China atingiram um valor recorde de US\$ 67,7 bilhões, representando o maior montante das exportações nacionais para um único país em toda a série histórica.

Gráfico 1 – Evolução das Exportações do Brasil para a China e Parceiros Comerciais Selecionados (US\$ Bilhões):



Fonte: Ministério da Economia/Comex Stat

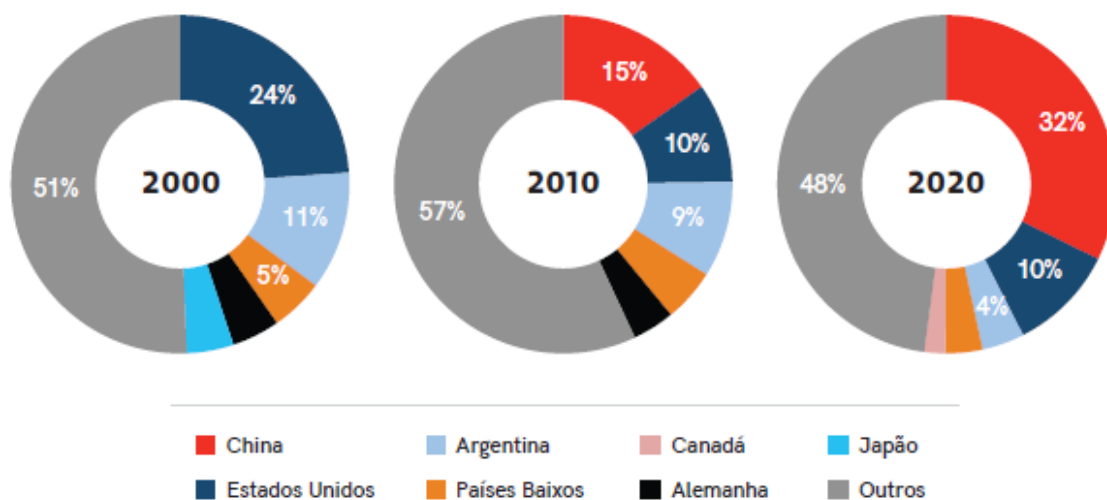
A China não só consolidou sua posição como o principal parceiro comercial do Brasil, mas também tem gradualmente ampliado seu impacto nas exportações brasileiras, deslocando os Estados Unidos e diminuindo a participação de outros parceiros relevantes, como a Argentina e os países europeus.

No ano 2000, a China ocupava a 12ª posição na lista de destinos das exportações do Brasil, contribuindo com cerca de 2% e gerando pouco mais de US\$ 1 bilhão em vendas. Nesse período, os Estados Unidos lideravam as compras do Brasil, adquirindo US\$ 13,1 bilhões em produtos, representando 24% das exportações nacionais, seguidos pela Argentina, o segundo maior comprador, com uma fatia de 11%.

Aproximadamente uma década mais tarde, as exportações brasileiras para a China alcançaram US\$ 30,7 bilhões, correspondendo a 15% do total das exportações do país. Enquanto isso, os Estados Unidos caíram para a segunda posição, com sua parcela diminuindo para 10% em 2010, totalizando US\$ 19,3 bilhões.

Em 2020, a China aumentou ainda mais sua influência nas exportações brasileiras. Com quase um terço de todas as exportações brasileiras direcionadas aos portos chineses, tornou-se evidente a substancial dependência do Brasil em relação à China. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos retomaram uma participação semelhante nas exportações do Brasil para o exterior à que tinham uma década antes, depois de atingirem 13% em 2019.

Gráfico 2 – Evolução dos principais destinos das exportações do Brasil (em %, considerando o valor dos embarques):



Fonte: Ministério da Economia/Comex Stat¹

Cabe notar que, mesmo com números brutos tão chamativos, as exportações para a China são historicamente concentradas em commodities. Em 2020, 82% das vendas vieram de atividades da indústria extrativa e agropecuária. Soja, minério de ferro e petróleo responderam por 75% do total embarcado – quadro recorrente desde o início dos anos 2000. A resiliência da pauta de exportações e a capacidade brasileira de responder à crescente demanda chinesa indicam que a complementaridade deve seguir prevalecendo no longo prazo (ROSITO, 2020).

Em linha com esse notável crescimento no comércio e seguindo a tendência de internacionalização das empresas chinesas, o Brasil passou a ser considerado pela China não apenas como uma rica fonte de matérias-primas, mas também como um possível destino para investimentos no exterior. Esse fenômeno se tornou particularmente visível a partir de 2010, quando se observou uma entrada significativa de empreendimentos chineses em diversos setores da economia brasileira, incluindo energia elétrica, mineração, infraestrutura, agricultura, manufatura e tecnologia da informação.

Desde o final da década de 2000, o Brasil tem sido um polo de atração de investimentos externos de forma geral, não apenas do gigante asiático. Mesmo com os diversos problemas socioeconômicos enfrentados nesse período, houve relativa estabilidade política e regulatória, fator que atraiu o interesse de diversos países. Em comparação com a China, empresas de outras regiões têm exportado capital produtivo para o Brasil há muito mais tempo, o que posiciona o país asiático como um ator recém chegado a esse universo (SCHUTTE, 2020).

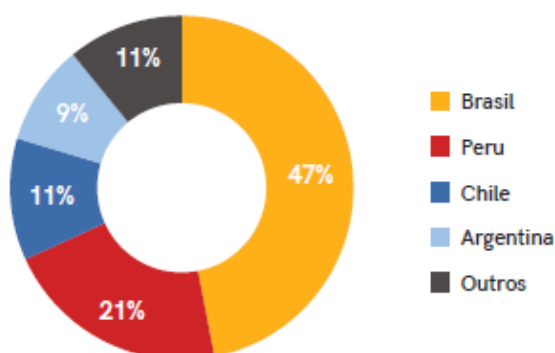
Com base nos dados fornecidos pelo Banco Central sobre investimentos diretos, até 2019, a Europa é identificada como a principal fonte de investimento direto estrangeiro, detendo 63% do total, seguida pelos Estados Unidos, com uma participação de 17%, e a Ásia, que contribui com apenas 5%. Quando se observa o cenário a partir da perspectiva da empresa controladora final, a tendência geral é a mesma, embora as participações de cada região variem: a Europa ainda lidera, com 51%, seguida pelos Estados Unidos, com 23%, e a Ásia, com uma parcela de 11%.

Conforme levantamento realizado pelo CEBC, durante o período de 2007 a 2020, 130 empresas chinesas anunciaram um total de 241 projetos no Brasil, representando um

potencial de investimento estimado em US\$ 110,6 bilhões. No entanto, apenas 176 desses projetos foram efetivamente implementados, resultando em investimentos reais que totalizam US\$ 66,1 bilhões. Por outro lado, o China Global Investment Tracker (CGIT), que registra apenas investimentos superiores a US\$ 100 milhões, estima que o valor total dos investimentos chineses no Brasil nesse período seja de cerca de US\$ 60,6 bilhões, enquanto a Red ALC-China e o Monitor de la OFDI de China en América Latina y el Caribe (2021) relatam um montante de US\$ 52,6 bilhões.

Embora haja algumas variações nos valores relatados, é importante observar que, em termos geográficos, o CGIT calcula que aproximadamente 47% do investimento total da China na América do Sul até 2020 teve o Brasil como destino. Da mesma forma, a Red ALC-China aponta o Brasil como o maior receptor desses investimentos na América Latina e no Caribe até 2020, com uma fatia de 35% do total, solidificando assim o Brasil como o epicentro desses investimentos na região.

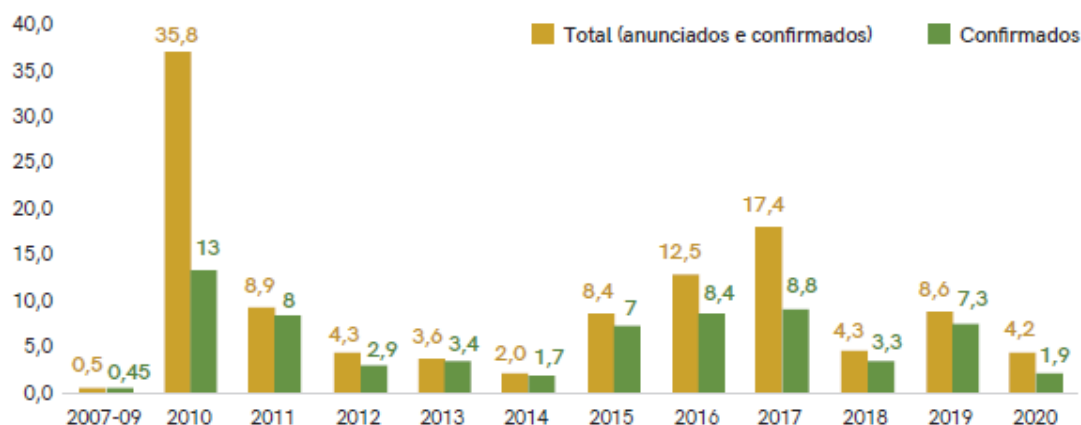
Gráfico 3 – Estoque de investimentos chineses na América do Sul entre 2005 e 2020 (em % dos valores):



Fonte: China Global Investment Tracker

De acordo com as informações fornecidas pelo CEBC, os números relativos ao fluxo desses investimentos seguem uma tendência temporal um tanto irregular. Quando se analisam os investimentos efetivamente realizados, o ponto mais alto foi alcançado em 2010, quando as empresas chinesas direcionaram um total de US\$ 13 bilhões para o Brasil por meio de 12 projetos. Esse ano pode ser considerado um marco, pois representa a "descoberta" do Brasil pelas empresas chinesas, que a partir desse período demonstraram interesse em diversas áreas de negócios no país.

Gráfico 4 – Fluxo de investimentos chineses no Brasil (US\$ Bilhões):



Fonte: CEBC

Após o entusiasmo inicial, houve variações significativas nos valores dos investimentos chineses no Brasil entre os anos de 2011 e 2014, marcados por quedas. Em seguida, ocorreu um processo de recuperação que se estendeu até 2017, quando os investimentos confirmados cresceram 5%. Esse aumento contrariou a tendência de declínio dos investimentos chineses em todo o mundo naquele ano, devido a um maior controle por parte do governo chinês sobre a saída de capitais.

No entanto, o valor dos investimentos da China no Brasil sofreu uma queda significativa em 2018, com uma diminuição de 62%, acompanhando a tendência de redução de 11,5% nos investimentos estrangeiros de forma geral no país (UNCTA, 2019). Em um novo cenário de recuperação, o montante dos investimentos chineses no Brasil praticamente dobrou em 2019, atingindo US\$ 7,3 bilhões, em sintonia com o aumento de 20% nos investimentos estrangeiros globais no país (UNCTAD, 2020).

Já em 2020, devido à redução geral na movimentação de capital entre fronteiras causada pela pandemia, o Brasil também sofreu impactos, e os investimentos chineses atingiram o valor mais baixo desde 2014, totalizando US\$ 1,9 bilhão. Isso ocorreu em consonância com a tendência observada pelo Banco Central (2021), que apontou uma queda de 50% nos investimentos estrangeiros totais no Brasil naquele ano, seguindo uma tendência semelhante relatada pela UNCTAD (2021), que registrou uma redução de 61,5% nesse período.

Devido à falta de divulgação do valor dos investimentos por algumas empresas chinesas, o que pode distorcer as comparações ano a ano, é relevante analisar o fluxo de investimentos em relação ao número de projetos. No período de 2010 a 2016, observa-se que a quantidade de empreendimentos confirmados permaneceu relativamente estável, com um mínimo de nove projetos em 2011 e um máximo de 13 projetos em 2014.

A partir de 2017 até 2019, houve um aumento no número de investimentos, atingindo um recorde de 32 projetos em 2018. No entanto, em 2020, em consonância com a queda no valor dos investimentos, o CEBC teve acesso a informações de apenas oito projetos que foram efetivamente realizados, indicando uma diminuição significativa no número de empreendimentos em comparação aos anos anteriores.

Gráfico 5 – Fluxo de investimentos chineses no Brasil (Números de projetos):



Fonte: CEBC

Com a entrada desses investimentos nos últimos anos, a China se tornou um competidor significativo de outros investidores estrangeiros no Brasil. Em uma análise que engloba a presença dos Estados Unidos, China, Japão, França e Itália, a Secretaria-Executiva da Camex, vinculada ao Ministério da Economia (2019), revela que a China é o segundo maior investidor em termos de estoque no período de 2003 até o terceiro trimestre de 2019, com uma participação de 30,9%, ficando apenas ligeiramente atrás dos Estados Unidos, que lideram com uma fatia de 31,2%.

Quando se trata do fluxo de investimentos, os Estados Unidos foram, até o final da década passada, a principal fonte de investimentos externos no Brasil. No entanto, a partir de 2010, os investimentos chineses começaram a ganhar relevância, registrando um crescimento rápido em termos de valor. Isso fez com que os Estados Unidos e a China se alternassem na posição de maior investidor no país entre 2010 e 2017, de acordo com dados da Camex.

2.2 Explorando as Mudanças no Interesse Chinês: Uma Análise Setorial dos Investimentos Anunciados e Confirmados.

Apesar do investimento chinês no país ter tido um padrão variável, foi possível observar algumas mudanças nas preferências dos investidores chineses ao longo do tempo. Antes de 2011, houve um grande entusiasmo em relação a setores relacionados às matérias-primas, como mineração, petróleo e agricultura, com uma soma considerável de investimentos anunciados e confirmados. Mesmo que algumas iniciativas, como o projeto da Chongqing Grain Group na Bahia, que incluiria a construção de uma fábrica de esmagamento de soja, nunca tenham saído do papel, esses três setores atraíram aproximadamente 83% do valor investido ou planejado naquele período.

Já em 2012, houve uma mudança notável no foco dos investimentos, com a maior parte do interesse voltada para o setor de energia elétrica, que representou 48% dos investimentos anunciados e confirmados. Além disso, a indústria manufatureira também ganhou participação significativa, atraindo cerca de 28% do valor dos possíveis empreendimentos, quase seis vezes mais do que no período de 2007 a 2011.

Uma análise por número de projetos indica que de fato a indústria manufatureira ganhou espaço em termos de fluxo, sendo a que mais atraiu o interesse chinês entre 2011 e 2015, com fatias que variaram entre 31% e 77% anualmente. Apesar disso, cabe notar que muitos desses investimentos, essencialmente voltados ao mercado consumidor, não se concretizaram posteriormente por conta da redução da demanda doméstica causada pela crise iniciada em 2015 (ROSITO, 2020).

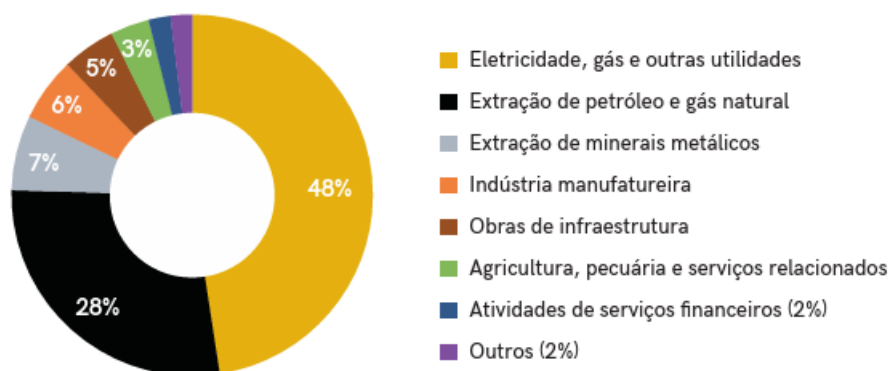
Apesar do interesse chinês na indústria manufatureira, uma análise que leva em consideração o valor dos projetos revela que, a partir de 2012, os investimentos, independentemente de serem concretizados ou não, se centralizaram na indústria de

energia elétrica. A fatia desse setor variou entre 40% e 75% do valor total dos investimentos anuais até o ano de 2020.

Considerando apenas os investimentos que foram oficialmente confirmados, a presença do setor elétrico se destaca ainda mais em relação ao montante total investido até 2020, representando 48% desse valor. Nesse cenário, as empresas estatais centrais, State Grid e China Three Gorges, desempenham um papel significativo, contribuindo com 74% do montante total investido nesse segmento, conforme os cálculos realizados pelo CEBC.

Em linha com essa estimativa, estudo publicado pela *Boston University* estimou que o estoque de investimentos chineses em energia elétrica no Brasil chegou a US\$ 36,5 bilhões até 2019, valor próximo aos US\$ 31,4 bilhões computados pelo CEBC, com capacidade de geração de 16,736 megawatts, o equivalente a 10% do total nacional. Além disso, o estudo mostrou que State Grid e China Three Gorges tinham a maioria de seus aportes no exterior alocados no país, com fatias de 48% e 60%, respectivamente (BARBOSA, 2020). Ao mesmo tempo, a relevância para o Brasil é evidenciada pelo fato de que a China Three Gorges é a segunda maior geradora de energia elétrica com capital privado em território brasileiro (CTG, 2021).

Gráfico 6 – Divisão Setorial dos investimentos chineses no Brasil, 2007 – 2020 (Valor dos projetos confirmados):



Fonte: CEBC

Em termos de valor, o setor de extração de petróleo e gás ocupa a segunda posição em relevância, contribuindo com 28% do total de investimentos acumulados. Os sucessivos

leilões conduzidos pelo governo federal atraíram o interesse de algumas das maiores empresas estatais chinesas, incluindo a China Petrochemical Corporation (Sinopec), a China National Petroleum Corporation (CNPC), a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e a Sinochem Holdings Corporation (Sinochem). Não é coincidência que as exportações dessas commodities para a China tenham crescido substancialmente, aumentando em 180% no período de 2010 a 2020, passando de US\$ 4 bilhões para US\$ 11,3 bilhões, o que transformou o Brasil em um parceiro estratégico para a China neste setor, tanto em termos comerciais quanto de investimentos.

O setor de mineração, historicamente classificado entre os três principais setores nas exportações do Brasil para a China, atraiu investimentos substanciais na exploração de minerais metálicos, representando 7% do montante total de investimentos confirmados no país. Dentre esses investimentos, merecem destaque a aquisição de uma parte da MMX pela Wuhan Iron and Steel (WISCO) e a compra de 15% da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) por um consórcio de empresas chinesas composto por Citic Group, Anshan Iron & Steel, Baosteel, Shougang e Taiyuan Iron & Steel. A China Molybdenum Company também ingressou no mercado brasileiro através da aquisição de ativos da Anglo American.

Os investimentos na indústria de manufatura representam 6% do montante dos aportes confirmados, abrangendo projetos nos setores automobilístico, eletroeletrônico, químico e de máquinas e equipamentos. Durante o período de 2007 a 2020, várias empresas chinesas injetaram capital no Brasil, incluindo BYD, TCL, Gree, Midea, Sanxing Electric, Chery, Sany, XCMG e Liugong, estabelecendo fábricas em diversos ramos manufatureiros.

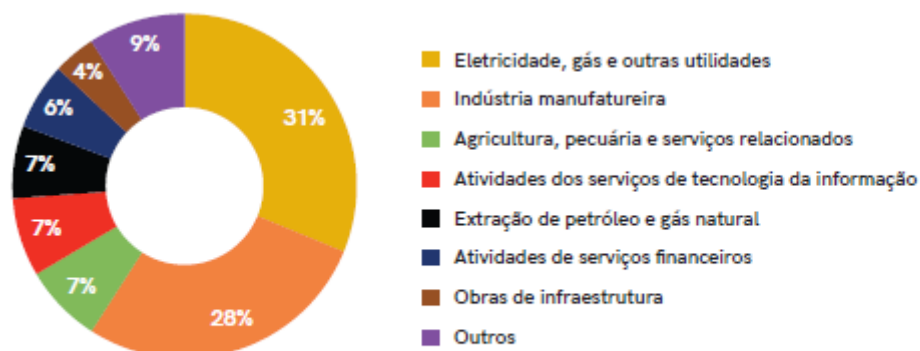
Os investidores chineses também direcionaram recursos para projetos significativos de infraestrutura, os quais compõem 5% do valor total dos projetos confirmados. Nesse domínio, merecem destaque os investimentos das empresas estatais China Communications Construction Company (CCCC), que é a proprietária da Concremat Engenharia, e da China Merchants Port, que, desde 2018, incorporou o Terminal de Contêineres de Paranaguá ao seu portfólio.

Os investimentos relacionados à agricultura se destacam por sua modesta parcela, correspondendo a apenas 3% do total, o que é notável considerando a substancial

complementaridade nessa área entre os dois países. Dados do Ministério da Economia, aliados a informações do Ministério da Agricultura, demonstram que a proporção dos produtos do agronegócio nas exportações destinadas à China aumentou de 35% em 2010 para 50% em 2020. Essa crescente dependência resultou em investimentos de empresas como COFCO, Tide Group e LongPing High-Tech, abrangendo desde a comercialização e fornecimento de produtos agrícolas até a produção de produtos químicos para a agroindústria. A China também expandiu sua presença nesse setor de maneira indireta, através da aquisição de grandes multinacionais estabelecidas no Brasil. O exemplo mais notório desse movimento foi a compra, em 2017, da empresa suíça Syngenta pela estatal central ChemChina, uma operação no valor de US\$ 43 bilhões, que representou o maior investimento já realizado pela China no exterior.

O aprofundamento das relações econômicas bilaterais despertou um interesse crescente por parte do setor financeiro, que progressivamente passou a estabelecer presença no Brasil, contribuindo com 2% do montante dos projetos confirmados. Durante a primeira década dos anos 2000, a presença dos bancos chineses era ainda limitada, principalmente com o Bank of China, que estabeleceu um escritório de representação pioneiro na América do Sul em 1998. Em 2009, o Bank of China consolidou sua presença no Brasil como Banco da China Brasil S.A., tornando-se o primeiro banco chinês a operar efetivamente no país. A partir de 2012, outros bancos chineses também começaram a se estabelecer no território brasileiro. Destaca-se a entrada direta do Industrial and Commercial Bank of China (ICBC) e as aquisições realizadas pelo Bank of Communications (BOCOM), que comprou parte do Banco BBM, bem como pelo China Construction Bank (CCB), que assumiu o controle do Bicbanco. Além disso, a aquisição de bancos estrangeiros já ativos no Brasil permitiu a entrada de instituições chinesas no setor, como no caso da compra do Banco Espírito Santo de Investimento (BESI) de Portugal pelo Haitong, o que, de forma indireta, envolveu as operações do BESI Brasil.

Gráfico 7 – Divisão setorial dos investimentos chineses no Brasil, 2007 – 2020
(Números de projetos confirmados):



Fonte: CEBC

Uma análise com base no número de projetos revela que, embora os investimentos na área de eletricidade permaneçam como os mais significativos, compreendendo aproximadamente um terço dos projetos confirmados, observa-se um notável aumento na representatividade da indústria manufatureira, que se posiciona como o segundo setor mais proeminente, com 28% dos projetos.

Sob essa perspectiva, também é possível notar o aumento das participações em outros setores. Os projetos relacionados à tecnologia da informação agora representam 7% do total, devido aos investimentos consecutivos de empresas como a Didi Chuxing, que adquiriu o controle da brasileira 99, e a Tencent, que investiu na fintech Nubank. Além disso, os setores de agricultura e serviços financeiros também tiveram suas participações ampliadas, alcançando 7% e 6%, respectivamente.

2.3 O mapa da presença chinesa nos negócios brasileiros.

Em um período um pouco superior a dez anos, considerando tanto os projetos anunciados quanto os confirmados, empresas chinesas já demonstraram interesse em investir ou efetivamente investiram em todas as áreas do Brasil. O Sudeste foi o destino de 138 projetos, principalmente concentrados em São Paulo. O Nordeste ocupou a segunda posição, atraindo 50 empreendimentos, seguido pelo Centro-Oeste, com 32 projetos, e pelas regiões Sul e Norte, com 28 e 23 projetos, respectivamente.

Gráfico 8 – Investimentos chineses por região do Brasil (Números de projetos anunciados e confirmados):



Fonte: CEBC

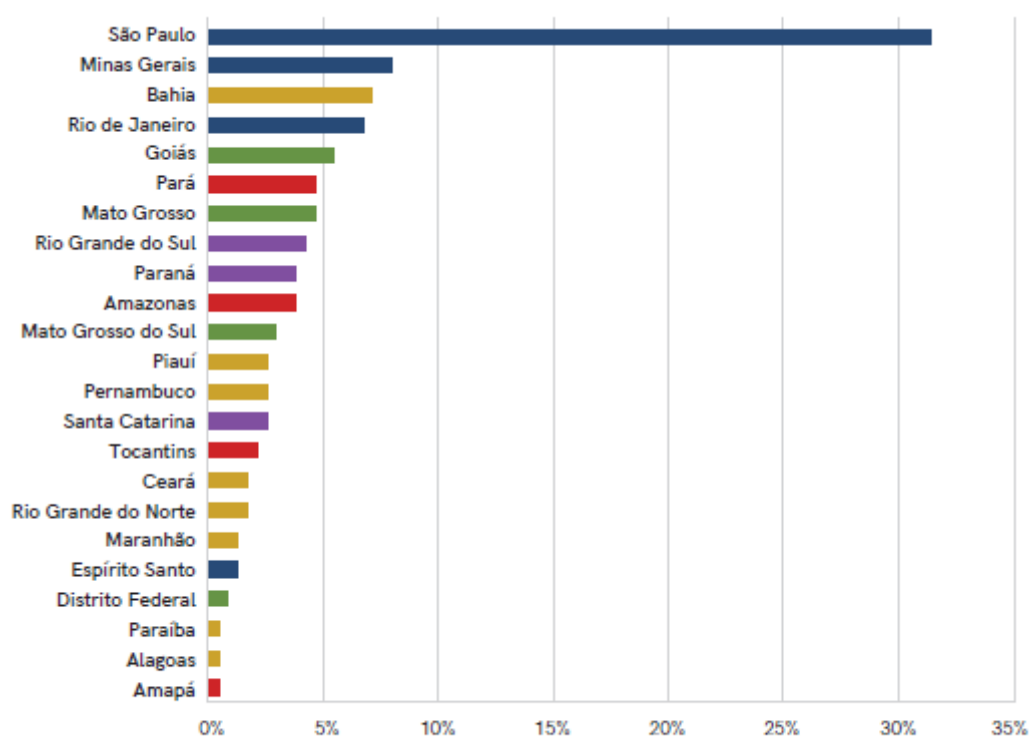
Quando consideramos apenas os investimentos que foram oficialmente confirmados, empresas chinesas estão presentes em 23 das 27 unidades federativas do Brasil. O acompanhamento feito pelo CEBC não registrou projetos apenas nos estados de Rondônia, Roraima, Sergipe e Acre. Contudo, é importante salientar que não podemos descartar a possibilidade de existirem investimentos chineses nesses estados. Por exemplo, a SPIC, conforme relatado em uma reportagem da Reuters em 2017, chegou a apresentar uma proposta para adquirir a participação da estatal mineira Cemig na usina hidrelétrica de Santo Antônio, localizada em Rondônia.

No contexto abrangente, São Paulo emerge como o epicentro desses investimentos, representando uma fatia de 31% do total. O estado atraiu 75 aportes em praticamente todos os setores em que há envolvimento chinês, incluindo 38% dos projetos na indústria manufatureira e 69% dos empreendimentos em tecnologia da informação. Devido à sua posição de maior riqueza, infraestrutura relativamente avançada e um mercado

consumidor mais substancial em comparação com outras regiões, muitas empresas chinesas optaram por iniciar seus projetos nas cidades paulistas.

Minas Gerais, o segundo estado mais significativo, atraiu cerca de 8% dos empreendimentos. Os projetos no estado se concentraram principalmente na área de mineração, o que equivale a metade dos investimentos chineses nesse setor, e também no setor elétrico, onde empresas como a State Grid e a sino-canadense Canadian Solar estão presentes. Além disso, as cidades mineiras testemunharam projetos importantes no campo industrial, incluindo a instalação de uma fábrica de máquinas e equipamentos da XCMG em Pouso Alegre e a aquisição da fabricante de medidores de energia elétrica Nansen pela Sanxing Electric.

Gráfico 9 – Participação das unidades federativas na atração de investimentos chineses (Número de projetos confirmados):



Fonte: CEBC

Com uma parcela de 7,1%, a Bahia se destaca como o estado que atraiu o maior número de projetos chineses na região Nordeste e figura como o terceiro maior receptor no país. Esses investimentos estão focalizados nos setores de extração de petróleo e eletricidade,

além de abranger projetos na mineração e na indústria manufatureira. A título de exemplo, empresas como Jiangsu Communication Clean Energy Technology e China General Nuclear ingressaram no setor de eletricidade, e a joint venture sino-brasileira TEK arrematou dois blocos de exploração de petróleo na bacia do Recôncavo Baiano em um leilão promovido pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) em 2017.

No Nordeste, o estado de Pernambuco também registra investimentos nas áreas de manufatura e energia, incluindo a aquisição de 30% do grupo brasileiro de distribuição de produtos petrolíferos TT Work pela CNPC. Por outro lado, todos os investimentos confirmados nos estados do Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará se concentram no setor de energia elétrica. O Maranhão, embora represente apenas 1,3% do total de projetos, apresenta uma gama mais diversificada, com investimentos em infraestrutura e extração de petróleo, com a presença de empresas como a CCCC e a Sinopec.

O estado do Rio de Janeiro recebeu 16 projetos, apenas um a menos do que a Bahia, representando 6,7% do total. Conhecido por seus abundantes recursos energéticos, o estado atraiu diversas empresas petrolíferas, incluindo algumas das principais investidoras chinesas no Brasil, como Sinopec e Sinochem.

Goiás, com uma parcela de 5,4% do total, concentra mais da metade de seus projetos na área de energia, mas também abriga um importante empreendimento da China Molybdenum Company na mineração, com minas de extração de nióbio e fosfatos nos municípios de Catalão e Ouvidor. Também na região Centro-Oeste, o Mato Grosso atraiu 4,6% dos investimentos chineses e testemunhou alguns dos investimentos mais relevantes em agricultura e serviços relacionados. A aquisição global da Nidera e da Noble pela COFCO, que adquiriu ativos das empresas de trading que já estavam em operação no estado e no Brasil, exemplifica com sucesso a entrada chinesa no setor agrícola brasileiro.

Na região Norte, com uma participação de 4,6%, o Pará concentrou todos os seus 11 projetos na área de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, um cenário semelhante ao Tocantins, embora sua participação represente 2,1% do total nacional. Os nove projetos no Amazonas se relacionam ao setor manufatureiro, incluindo linhas de produção da BYD voltadas para baterias elétricas e uma fábrica da Gree especializada em condicionadores de ar residenciais. Além disso, a estatal chinesa Traxx, uma montadora de motocicletas, também estabeleceu uma fábrica no estado.

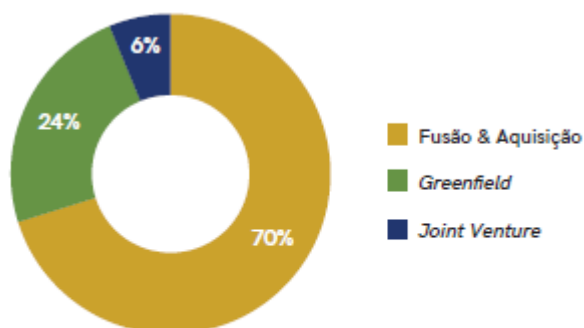
Os estados da região Sul atraíram projetos nas áreas de energia, infraestrutura e indústria. O Rio Grande do Sul e o Paraná tiveram uma participação de 4% cada, enquanto Santa Catarina contou com uma fatia de 2,5%. O setor agrícola também é notável, com a presença da COFCO em toda a região.

2.4 Entrada no mercado: abordagens por meio de aquisições e investimentos.

Quando observamos o montante total, 70% dos investimentos chineses já confirmados, equivalente a US\$ 46,3 bilhões, entraram no Brasil através de fusões e aquisições. Isso ocorreu por meio da aquisição total ou parcial de empresas que operam no país, sejam elas de origem brasileira ou estrangeira. Nesse contexto, o setor de eletricidade se destacou como o mais significativo, contribuindo com uma parcela de 41%, seguido pelo setor de petróleo e gás, com 36%, e o setor de mineração, com 9%.

A proporção dos investimentos greenfield, que envolvem a criação de novas operações no país, como a construção de fábricas e a expansão de empreendimentos adquiridos, correspondeu a 24% do montante total. Por outro lado, os projetos conduzidos por meio de joint ventures, que consistem em acordos colaborativos entre duas ou mais partes com o propósito de estabelecer uma unidade de negócios no Brasil, representaram apenas 6% do total das operações. Nesse modelo de empreendimento, as empresas envolvidas, tanto de origem nacional quanto internacional, compartilham os custos de estabelecimento do negócio e dividem os lucros gerados pela operação.

Gráfico 10 – Ingresso das empresas chinesas no Brasil, estoque entre 2007-2020 (Valor de projeto confirmados):



Fonte: CEBC

A maior parte dos projetos greenfield foi conduzida no setor de manufatura, representando 40% do total. Isso inclui empreendimentos na produção de veículos automotivos (27%), máquinas e equipamentos (6%), materiais elétricos (5%) e eletrônicos (2%). O setor de eletricidade absorveu 31% dos novos projetos, seguido pelo setor de extração de petróleo, com uma parcela de 7%, bem como pelos segmentos de serviços financeiros, tecnologia da informação e telecomunicações, cada um contribuindo com uma fatia individual de 5%. Os setores de agricultura e obras de infraestrutura também apresentaram participações semelhantes, correspondendo a 4% cada.

2.5 Investimentos chineses no Brasil em 2020: a transformação dos negócios em meio à pandemia.

O equilíbrio relativo que prevaleceu nas relações políticas entre Brasil e China no primeiro ano do governo Bolsonaro foi desafiado em 2020. A pandemia de Covid-19 e o tumultuado ano eleitoral nos Estados Unidos, marcado pelo aprofundamento das tensões do presidente Donald Trump com a China, também tiveram repercussões no diálogo entre Brasília e Pequim.

No entanto, não se pode afirmar que as tensões políticas tenham impactado as relações econômicas em 2020. No âmbito comercial, por exemplo, houve um recorde na corrente comercial, que atingiu US\$ 101 bilhões. Entretanto, essa marca histórica foi alcançada principalmente devido a fatores externos às relações bilaterais, como conflitos comerciais entre Pequim e concorrentes do Brasil, como Estados Unidos e Austrália, a persistência da peste suína africana na Ásia e a recuperação econômica da China após os primeiros impactos da Covid-19 no país.

No campo dos investimentos, houve uma queda de 74% no valor dos investimentos chineses confirmados no Brasil, totalizando US\$ 1,9 bilhão, a menor quantia registrada desde 2014. O número de projetos diminuiu para oito, o que representa uma redução de 68% em comparação com 2019. No entanto, a soma total de investimentos, incluindo aqueles anunciados e confirmados, atingiu 15 projetos, mantendo-se na média dos projetos realizados entre 2011 e 2016. Sete desses empreendimentos confirmados foram estabelecidos por meio de iniciativas greenfield, enquanto um foi realizado através de uma joint venture. Em termos de valor, praticamente todo o capital investido foi direcionado para novos projetos.

Esse tombo, no entanto, pode ser interpretado mais como um esfriamento dos fluxos de investimentos globais no exterior, que caíram 35% em 2020 (UNCTAD, 2021), do que por atritos políticos bilaterais. No Brasil, o cenário não foi diferente, com queda de 61,5% dos aportes estrangeiros de forma geral (UNCTAD, 2021) – tendência similar ao declive de 50% apontado pelo Banco Central (2021). Os investimentos não financeiros da China no mundo, segundo o MOFCOM (2021), tiveram redução marginal de 0,4% – ainda que outras fontes apontem variações negativas mais significativas. A UNCTAD (2021) registrou queda de 2,9%, enquanto o China Global Investment Tracker (2021) divulgou um valor 66% menor do que o de 2019.

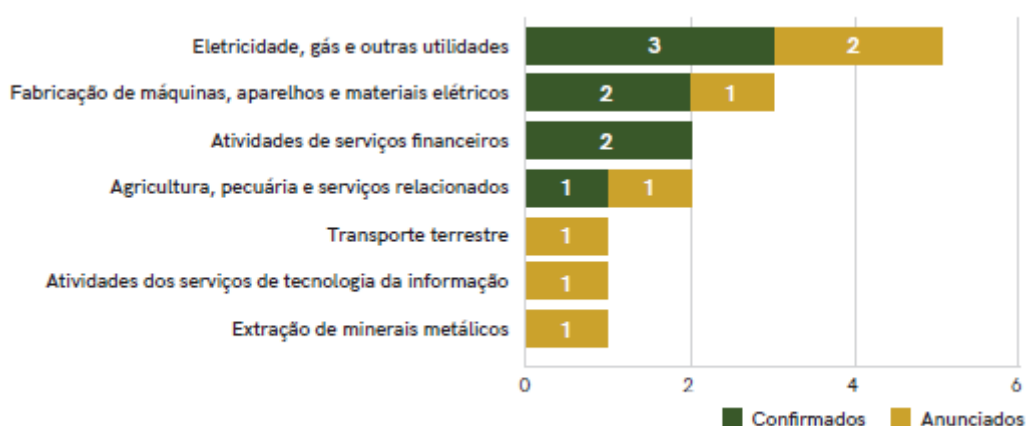
Apesar desse cenário geral de contração, como apontado no estudo "Bases para uma Estratégia de Longo Prazo do Brasil para a China" (ROSITO, 2020), do Conselho Empresarial Brasil-China, existem expectativas de empresários e setores do governo brasileiro em relação à contribuição dos investimentos chineses para o crescimento da economia nacional nos próximos anos, especialmente no que diz respeito aos investimentos em infraestrutura. Mesmo com a tendência de redução dos investimentos públicos nesse setor, que já estava ocorrendo antes da pandemia, a abundância de liquidez global e as baixas taxas de juros oferecem perspectivas positivas para o crescimento dos investimentos privados de longo prazo, onde há espaço para a expansão de modelos de parcerias público-privadas (PPPs), por exemplo.

Em 2020, praticamente a totalidade dos investimentos chineses confirmados concentrou-se no setor de eletricidade, representando 97% do montante total. A State Power Investment Corporation (SPIC) desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento do parque termelétrico do Açú, localizado no estado do Rio de Janeiro. Nesse projeto, está planejada a construção de quatro usinas térmicas, com uma capacidade instalada combinada de 6,4 gigawatts.

Além disso, em maio do mesmo ano, a CGN Brasil Energia obteve a autorização do Ministério de Minas e Energia para implantar sete novos parques eólicos na Bahia. Esses parques eólicos, que comporão o complexo eólico Tanque Novo, situado entre os municípios de Tanque Novo e Caetitê, envolvem investimentos que podem alcançar a marca de R\$ 1 bilhão.

Quando analisamos o número de projetos confirmados, o setor de eletricidade permaneceu na posição de liderança, representando 38% do total, seguido pelos segmentos de serviços financeiros e fabricação de máquinas, equipamentos e materiais elétricos, cada um com uma participação de 25%. O setor agrícola também teve uma parcela de 13% nos projetos confirmados.

Gráfico 11 – Divisão setorial dos investimentos chineses no Brasil em 2020 (Números de projetos anunciados e confirmados):



Fonte: CEBC

No setor financeiro, o Bank of China aportou um total de R\$ 222 milhões em sua filial brasileira, com a totalidade dos recursos originados da empresa-mãe chinesa. A XCMG, a maior fabricante de equipamentos para construção da China, deu um passo adicional em sua atuação no Brasil, ao estabelecer uma instituição bancária própria. Com um investimento inicial de R\$ 100 milhões, essa nova iniciativa estará focada na indústria de máquinas e equipamentos, bem como nos negócios do próprio grupo, englobando também fornecedores e distribuidores associados.

No setor agrícola, a empresa FNF Ingredients, especializada na distribuição de vitaminas e aminoácidos para a alimentação animal, estabeleceu um escritório em São Paulo. Na indústria de máquinas, equipamentos e materiais elétricos, a BYD expandiu suas instalações de produção de baterias em Manaus. Ao mesmo tempo, a TCL concluiu a aquisição de 40% da Semp TCL, uma joint venture com a empresa brasileira Semp, aumentando sua participação no negócio para 80%.

Além disso, houve sete projetos que não se concretizaram em 2020. De acordo com informações divulgadas no portal do governo do Ceará, o estado assinou um memorando de entendimento com a Myngyang Smart Energy para a construção de um complexo eólico em alto-mar e uma fábrica de equipamentos para geração de energia eólica, com foco em instalações offshore, no Porto de Pecém. No Nordeste, a China General Nuclear anunciou investimentos de R\$ 444 milhões na expansão do complexo eólico Lagoa do Barro, localizado no Piauí.

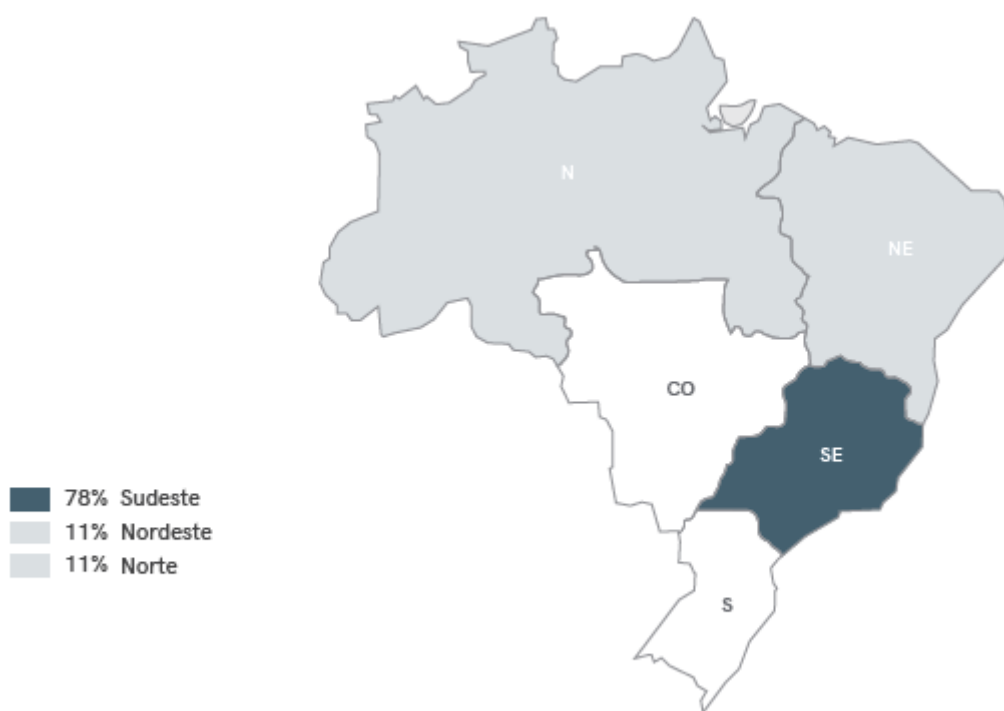
Também houve interesse em projetos significativos nas áreas de transporte e mineração. A BYD manteve o anúncio da construção de um skyrail em Salvador. A Honbridge Holdings, por meio de sua subsidiária Sul Americana de Metais, manifestou a intenção de construir um complexo de mineração avaliado em R\$ 7,9 bilhões, incluindo um mineroduto, duas barragens de rejeitos e dois reservatórios de água em Minas Gerais, mas o projeto foi interrompido por decisão da Justiça Federal, que determinou a suspensão dos processos de licenciamento.

A LongPing High-Tech, que adquiriu os negócios de sementes de milho da Dow AgroSciences no Brasil em 2017, anunciou a construção de uma unidade de processamento de milho e um centro de pesquisas para melhoramento genético em Araguari, no Triângulo Mineiro.

No setor de tecnologia da informação, a ZTE demonstrou interesse em estabelecer uma fábrica em Extrema, Minas Gerais, nas instalações da Multilaser, sua parceira local, para a produção de equipamentos utilizados por provedores de internet que empregam tecnologia de fibra óptica. A empresa também anunciou a construção de uma extensão fabril e um laboratório em Manaus, mas não foram encontradas evidências de que esses projetos tenham sido implementados.

A região Sudeste se destacou como o principal destino dos investimentos chineses em 2020, absorvendo 78% do total de projetos, sendo cinco deles em São Paulo, um no Rio de Janeiro e outro em Minas Gerais. Além disso, a Bahia e o Amazonas também atraíram um projeto cada. Os empreendimentos não realizados foram anunciados em Minas Gerais, Amazonas, Piauí, São Paulo e Ceará.

Gráfico 12 – Investimentos chineses por região do Brasil em 2020 (Números de projetos confirmados):



No período de 2007 a 2020, os investimentos chineses no Brasil experimentaram uma evolução significativa impulsionada por uma série de fatores motivadores. Desde a busca por recursos naturais até a expansão de seus mercados, a presença chinesa tornou-se cada vez mais marcante na economia brasileira. No entanto, essa relação complexa também trouxe desafios, como questões ambientais e preocupações com a soberania nacional. Apesar disso, os resultados mostram uma contribuição substancial para o crescimento econômico, a criação de empregos e o desenvolvimento de infraestrutura no Brasil, destacando a importância de uma abordagem estratégica e equilibrada na gestão desses investimentos para maximizar os benefícios mútuos a longo prazo.

No contexto da globalização econômica, a ascensão da China como uma potência comercial e financeira tem sido um fenômeno marcante. Nos últimos anos, os investimentos chineses têm desempenhado um papel cada vez mais proeminente na economia global, remodelando cadeias de suprimentos, influenciando mercados e desafiando paradigmas estabelecidos. No próximo capítulo, exploraremos como a extroversão das empresas chinesas tem moldado a economia global, examinando os

impulsionadores por trás desse fenômeno, os impactos que ele trouxe e os desafios que enfrenta. Ao analisar o papel central da China no mundo dos negócios, podemos compreender melhor as dinâmicas econômicas contemporâneas e as complexidades da interdependência global.

3. A CHINA NO MUNDO DOS NEGÓCIOS: COMO OS INVESTIMENTOS CHINESES MOLDARAM A ECONOMIA GLOBAL COM A EXTROVERSÃO DAS EMPRESAS CHINESAS.

No início do século XXI, a China adotou uma estratégia voltada para o investimento internacional das empresas do país. Em 2001, coincidindo com sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), o então primeiro-ministro Zhu Rongji declarou, durante a Quarta Sessão da Nona Assembleia Popular Nacional, que o governo deveria implementar uma estratégia de "going outside". Essa estratégia tinha como objetivo incentivar as empresas chinesas com vantagens comparativas a investir no exterior, visando explorar recursos naturais em colaboração com parceiros locais, participar de projetos de engenharia e aumentar a presença da mão de obra chinesa em contextos internacionais. Além disso, a liderança chinesa estava interessada em criar um ambiente favorável para que as empresas nacionais estabelecessem operações no exterior, ao mesmo tempo em que reconhecia a necessidade de reforçar a supervisão desses investimentos para evitar a perda de ativos estatais.

Desde as reformas implementadas por Deng Xiaoping, iniciadas no fim dos anos 1970, a China passou por um rápido processo de extroversão econômica. Naquele período, grandes multinacionais se dirigiram ao país em busca de mão de obra barata para produzir manufaturados que seriam exportados para todos os continentes. Essa trajetória, que estimulou o desenvolvimento industrial chinês e transformou o país no chão de fábrica do mundo, fez com que o gigante asiático chegasse a abarcar, após vertiginoso crescimento, 10% do valor de todos os aportes estrangeiros investidos no exterior em 2003, totalizando cerca de US\$ 60 bilhões naquele ano (ZHANG, 2005).

Esse processo de extroversão ganhou destaque e importância ainda maiores após a crise financeira global de 2008-2009, quando o mundo enfrentava o desafio de evitar uma nova recessão econômica. Nesse cenário, com os Estados Unidos e a Europa adotando posturas mais cautelosas, a China consolidou sua posição como um dos atores mais influentes no cenário internacional. Isso ocorreu não apenas devido à sua ascensão como o principal parceiro comercial de 150 países (PAIVA, 2019), mas também por sua contínua expansão das atividades empresariais no âmbito internacional.

Os investimentos da China em outros países, ainda que pouco significativos em termos globais, também começaram a despontar. Ao mesmo tempo que o país se transformava em um grande receptor de aportes com origem externa, o governo chinês iniciava um processo de internacionalização de suas próprias estatais, que gradualmente expandiu a presença dessas empresas em todo o mundo, fazendo com que a média dos investimentos externos do país, na análise anual, aumentasse quase dez vezes entre a década de 1980 e o início dos anos 2000 (ZHANG, 2005).

Posteriormente, a estratégia de extroversão chinesa ficaria marcada pela criação, em 2013, do ambicioso projeto Belt and Road Initiative (BRI), também conhecido como a “nova Rota da Seda”, uma proposta capitaneada por Pequim que busca a ampliação da interconexão global via investimentos, financiamentos e contratos de construção em setores que passam por infraestrutura, logística, comunicações, dentre outros. Até janeiro de 2021, cerca de 140 países já haviam assinado memorandos de entendimento para participar da iniciativa, que abarca nações da África Subsaariana, Europa e Ásia Central, Ásia Oriental e Pacífico, Oriente Médio, Norte da África, América Latina e Caribe e Sudeste Asiático (NEDOPIL, 2021).

O momento de euforia que levou ao pico de investimentos chineses no exterior em 2016 gerou preocupações entre as autoridades do país, que perceberam uma grande fuga de capitais em empreendimentos de risco, os chamados “investimentos irracionais”. Em novembro daquele ano, o governo fortaleceu o escrutínio sobre a saída de recursos nacionais, até que a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC, na sigla em inglês) e outras entidades governamentais formalizaram, em agosto de 2017, um marco regulatório para classificar e aprovar esses investimentos, que foram divididos em três grupos (HUANG; LE, 2018).

O governo chinês classifica as transações de investimento em três categorias distintas. A primeira categoria engloba os investimentos incentivados, que são encorajados e considerados estratégicos para o crescimento e desenvolvimento da China. Isso abrange uma variedade de setores, como alta tecnologia, manufatura de alto valor agregado, pesquisa e desenvolvimento, agricultura, recursos energéticos, comércio, cultura, logística e projetos de infraestrutura relacionados à Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI).

O segundo grupo refere-se aos investimentos com restrições, que o governo desencoraja devido ao fato de não estarem alinhados com as prioridades de desenvolvimento nacional e apresentarem riscos significativos. Esses investimentos costumam ocorrer em áreas como entretenimento, clubes esportivos, hotelaria, indústria audiovisual e setor imobiliário.

Por fim, existe o grupo de transações proibidas, que engloba atividades que podem prejudicar os interesses do Estado chinês e representar uma ameaça à segurança nacional. Isso inclui atividades como jogos de azar e outras práticas semelhantes, que são estritamente proibidas.

Com efeito, essa medida levou a uma queda dos investimentos chineses no exterior em 2017, a primeira em décadas. Naquele ano, os aportes não financeiros do país tiveram retração de 29,4%, totalizando US\$ 120,1 bilhões. Da mesma forma, o número de empresas estrangeiras com participação chinesa caiu para 6.236, montante 22% menor do que o verificado no ano anterior (MOFCOM, 2018).

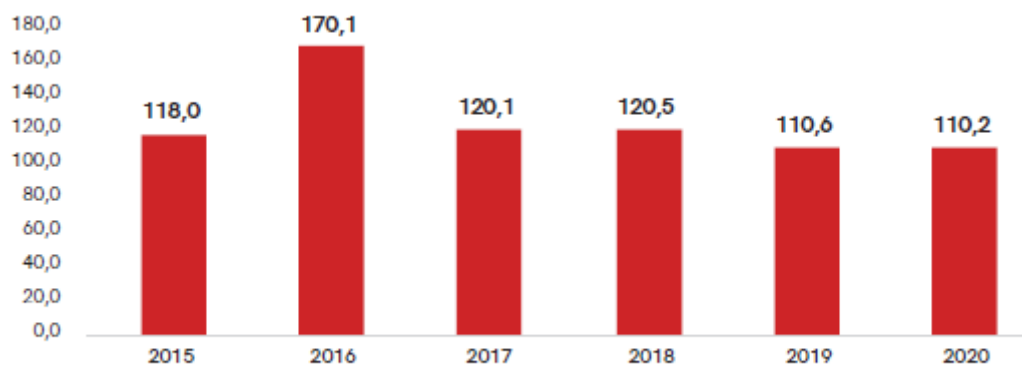
Pequim ainda pressionou importantes empresas locais a venderem ativos no exterior, reduzindo o rastro de sua presença global. Somado a isso, o governo reduziu a liquidez no sistema financeiro, o que teve impacto na disponibilidade de canais de financiamento a investimentos no exterior (HANEMANN, 2019).

Nesse cenário, as fusões e aquisições realizadas pela China em âmbito global sofreram um impacto significativo. Em 2016, o país conduziu 724 transações desse tipo, totalizando um valor de US\$ 107 bilhões. No ano subsequente, o número de operações diminuiu para 341, com um montante de US\$ 96 bilhões, o que representou uma queda de 53% no total de transações e 10% na soma dos valores investidos. Além disso, houve uma redução de 33% no número de países e regiões em que a China estava envolvida em tais operações, diminuindo de 73 para 49. Como resultado, em janeiro de 2018, após a divulgação dos dados oficiais, o Ministério do Comércio da China anunciou que os "investimentos irracionais" haviam sido eficazmente controlados. (MOFCOM, 2018).

Após a queda em 2017, os investimentos chineses no exterior experimentaram uma trajetória de declínio e estagnação. De acordo com informações do MOFCOM, o valor dos investimentos não financeiros em 2018 permaneceu em torno de US\$ 120 bilhões, registrando um aumento marginal de 0,3%.

No ano seguinte, esses investimentos diminuiriam em 8,2%, totalizando US\$ 110 bilhões, uma tendência que se manteve em 2020, com uma ligeira redução de 0,4%. (MOFCOM, 2021).

Gráfico 13 – Investimentos chineses no exterior – Exceto financeiros (US\$ Bilhões):

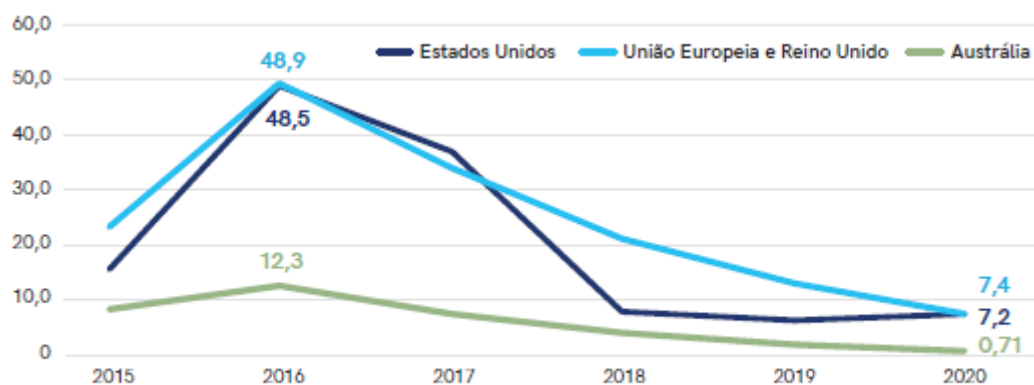


Fonte: MOFCOM

As restrições financeiras adicionais implementadas pelo governo central não apenas contribuíram para a redução dos investimentos chineses no exterior, mas também foram acompanhadas por outras variáveis que impactaram essa situação. O cenário geopolítico global turbulento e a pandemia de Covid-19 desempenharam um papel fundamental na criação de novas pressões que contrariaram o movimento de expansão das empresas chinesas.

A "guerra comercial" desencadeada pelo ex-presidente Trump em 2018 na disputa entre Estados Unidos e China revelou uma rivalidade de alcance muito mais amplo entre as duas nações, abarcando questões que englobam novas tecnologias e a busca de influência no cenário internacional. No âmbito dos investimentos, os Estados Unidos começaram a impor restrições à entrada de empresas chinesas em seu território, uma postura que encontrou eco em importantes parceiros econômicos da China, como uma Europa dividida e uma Austrália que vem experimentando um aumento nas tensões com Pequim.

Gráfico 14 – Investimentos chineses em regiões selecionadas (US\$ Bilhões):



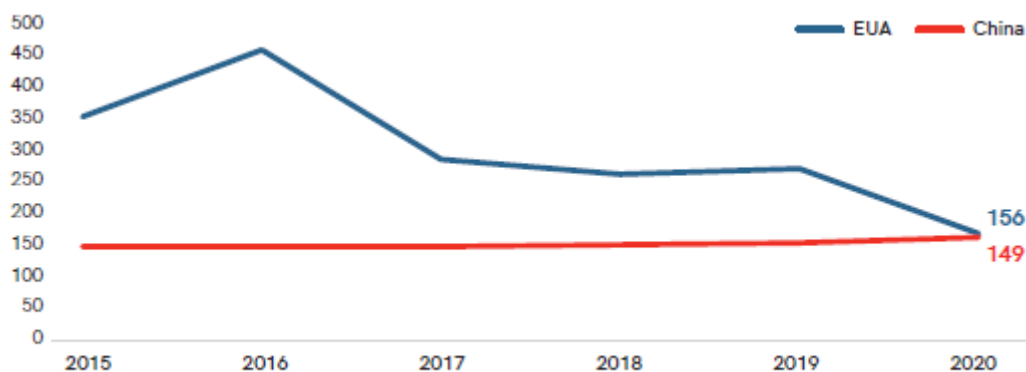
Fontes: Rhodium Group, MERICS, CHIA - Australian National University

3.1 Adaptação e resiliência: investimentos chineses sob a sombra da pandemia.

Diferentemente da tendência de declínio dos investimentos chineses no exterior a partir de 2017, houve um aumento nos investimentos estrangeiros diretos na China nos últimos anos.

Em pleno ano de pandemia e com queda de 35% dos investimentos externos globais, estimados em US\$ 1 trilhão – valor quase 20% menor do que o registrado após a crise financeira internacional em 2009 –, os aportes na China continental aumentaram 5,7% em 2020, atingindo US\$ 149 bilhões. O país asiático se aproximou dos Estados Unidos, que mesmo mantendo a liderança na atratividade de investimentos estrangeiros, com montante de US\$ 156 bilhões, viram o valor dessas transações despencar 40% em seu território. A Região Administrativa Especial de Hong Kong viu um aumento de 61% nesse período, sendo o terceiro maior receptor de investimentos externos globais, subindo duas posições em relação ao ranking de 2019 (UNCTAD, 2021).

Gráfico 15 – Investimentos do mundo na China e nos Estados Unidos (US\$ Bilhoes):



Fonte: UNCTAD

Dando prioridade a áreas estratégicas, como manutenção de empregos, incentivos aos investimentos domésticos e atração de investimentos externos, Pequim anunciou um pacote de estímulos com o intuito de aliviar as pressões enfrentadas por indústrias e negócios afetados pela pandemia, incluindo isenções de impostos, redução de juros, dispensas de contribuições para fundos de assistência social e redução do valor de serviços como eletricidade e internet. Da mesma forma, emitiu títulos do governo direcionados à recuperação econômica por meio do fomento ao consumo e o incremento de novos tipos de infraestrutura, em especial aquelas com alto componente tecnológico, como data centers e a expansão da rede 5G (CARIELLO, 2020).

As propostas para o 14º Plano Quinquenal, divulgadas no final de 2020, sinalizaram a continuidade dessa tendência. A estratégia de “dupla circulação” anunciada pelo governo, na qual os mercados interno e externo devem impulsionar um ao outro, tem entre seus objetivos estimular a demanda doméstica, aumentar a produtividade para exportação e, simultaneamente, desenvolver condições para facilitar a entrada de investimento estrangeiro, sobretudo em inovação e setores de alta tecnologia (XINHUA, 2020).

Essa política, no entanto, não deve necessariamente fazer com que a China passe por um processo de introversão. Em primeiro lugar, porque isso implicaria retroceder nas ambições globais do presidente Xi Jinping, como a Belt and Road Initiative. Em segundo, porque a liderança chinesa tem consciência de que necessita de intercâmbios com o exterior para promover seu desenvolvimento tecnológico. A proposta de complementaridade entre as economias interna e externa tem como propósito, portanto,

fazer com que o país esteja menos vulnerável a eventuais choques econômicos internacionais, como os evidenciados recentemente pela pandemia de Covid-19 (HAMILTON, 2020).

Entre 2007 e 2020, os investimentos chineses no Brasil experimentaram um crescimento significativo em diversas áreas. Inicialmente concentrados em setores como energia e infraestrutura, os chineses expandiram suas atividades para segmentos como agricultura, tecnologia e serviços.

No setor de energia, destacaram-se os investimentos em projetos de geração de eletricidade, especialmente em usinas hidrelétricas e parques eólicos. Essa presença chinesa no setor energético brasileiro foi marcada por parcerias estratégicas e aquisições de participações em empresas locais. Além disso, a China se tornou um importante comprador de commodities brasileiras, como soja e minério de ferro, impulsionando o setor agrícola e de mineração. Essa demanda contribuiu para fortalecer os laços econômicos entre os dois países.

No campo da infraestrutura, os investimentos chineses também se manifestaram em projetos de logística e transportes, visando melhorar a eficiência na movimentação de mercadorias. No entanto, esse aumento de presença chinesa no Brasil não ocorreu sem desafios e questionamentos. Preocupações relacionadas à segurança nacional, soberania e impactos ambientais surgiram em meio a esses investimentos, levando a discussões e análises mais aprofundadas sobre os benefícios e potenciais riscos envolvidos.

A ascensão dos investimentos chineses tem sido uma força transformadora no cenário global de negócios, moldando a economia mundial com a crescente extroversão das empresas chinesas. Ao expandir agressivamente suas operações além das fronteiras domésticas, essas empresas têm redefinido cadeias de suprimentos, impulsionado o comércio internacional e desafiado paradigmas estabelecidos. No entanto, essa expansão não está isenta de controvérsias e desafios, como questões de segurança cibernética, preocupações com direitos humanos e competição desleal. Apesar dessas questões, os investimentos chineses continuam a desempenhar um papel crucial na economia global, exigindo uma abordagem cautelosa e colaborativa por parte dos países e empresas envolvidos para garantir benefícios mútuos e sustentabilidade a longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão da China como potência econômica e comercial nas últimas décadas é um dos fenômenos mais marcantes do cenário global contemporâneo. Este trabalho se debruçou sobre a análise dessa ascensão, seus impactos nas relações internacionais e, de maneira específica, os efeitos dos investimentos chineses no Brasil entre 2007 e 2020.

A pesquisa evidenciou que a globalização e a abertura comercial, intensificadas a partir da década de 1990, criaram um ambiente propício para a inserção da China no mercado internacional. Através de uma estratégia de desenvolvimento focada na exportação de produtos manufaturados e na atração de investimentos estrangeiros, a China se tornou a segunda maior economia do mundo e um importante ator no cenário geopolítico.

No caso do Brasil, os investimentos chineses se concentraram em setores estratégicos como infraestrutura, energia e commodities. Essa entrada de capital teve um impacto significativo na economia brasileira, gerando empregos, impulsionando o crescimento e modernizando a infraestrutura do país.

No entanto, os investimentos chineses também geraram desafios e preocupações. A concentração em setores específicos pode gerar dependência tecnológica e econômica da China. Além disso, questões como o impacto ambiental e social dos investimentos e a transferência de tecnologia para empresas chinesas precisam ser cuidadosamente analisadas.

Ao longo do período analisado, observou-se uma mudança no perfil dos investimentos chineses no Brasil. A partir de 2015, houve uma queda no volume de investimentos e uma maior diversificação dos setores de destino. Essa mudança pode ser explicada por fatores como a desaceleração da economia chinesa, a mudança de prioridades do governo chinês e a crescente rivalidade entre China e Estados Unidos.

Ainda é cedo para prever o futuro dos investimentos chineses no Brasil. No entanto, é importante que o governo brasileiro esteja atento às tendências globais e às mudanças na estratégia de internacionalização das empresas chinesas. A formulação de políticas públicas que incentivem investimentos em setores estratégicos, que promovam a transferência de tecnologia e que mitiguem os riscos socioambientais é fundamental para garantir que os investimentos chineses contribuam para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Em suma, este trabalho contribuiu para o aprofundamento do conhecimento sobre a ascensão da China como potência econômica e comercial, seus impactos nas relações internacionais e os efeitos dos investimentos chineses no Brasil. A pesquisa oferece subsídios para a compreensão das complexas dinâmicas que moldam o cenário globalizado, além de fornecer insights para a formulação de políticas públicas e estratégias de negócios no contexto das relações sino-brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCESATI, Rebecca. **Chinese FDI in Europe: 2019 Updates. Mercator Institute for China Studies; Rhodium Group**, Abril 2020. Disponível em: <https://merics.org/sites/default/files/202005/MERICSRhodium%20GroupCOFDIUpdate2020.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2023.

BARBOSA, Pedro Henrique. **New Kids on The Block: China's Arrival in Brazil's Electric Sector. Global Development Policy Center**. Boston, 2021. Disponível em: <https://www.bu.edu/gdp/2021/01/25/new-kids-on-the-block-chinas-arrival-in-brazils-electric-sector/>. Acesso em: 26 ago. 2023.

BORGES, Maria Angélica. **Eugênio Gudim: capitalismo e neoliberalismo**. São Paulo: Educ/ Bienal, 1996.

CAMPOS, Luís. **Introdução à Globalização**. Instituto Bento Jesus Caraça Departamento de Formação da CGTP-IN, abril 2007

CARIELLO, Tulio. **Crescimento econômico qualitativo, inovação e meio ambiente estarão no centro do desenvolvimento chinês entre 2021 e 2025**. Conselho Empresarial Brasil - China. CEBC Alerta, ed. 137, mar. 2021. Disponível em: https://mcusercontent.com/2c61aa6bcb45643f58ef550bb/files/a96af06e-0ebc-46f7-a768-d2e79490631e/1d137_fyp.01.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

CARDOSO, Fernando H. **Condições sociais da industrialização**. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n° 28, 1961.

CASTRO, Ramón Peña. **GLOBALIZAÇÃO**. Fiocruz, 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/glo.html#topo>. Acesso em: 22/04/2023.

FRANCISCO, Hindenburgo. **Globalização, cultura e território: o Brasil no novo milênio**. Espaço & Economia. 2017.

GOVERNO DO BRASIL. **Banco Central do Brasil. Tabelas Especiais: Investimento estrangeiro direto - matriz país x setor.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>. Acesso em: 30 ago. 2023.

HAMILTON, Gilliam. **Understanding dual circulation.** Gavekal Dragonomics. Agosto, 2020. Disponível em: <https://research.gavekal.com/article/understanding-dual-circulation>. Acesso em: 10 set. 2023.

HANEMANN, Thilo; **Two-Way Street: 2021 Update US-China Investment Trends.** US-China Investment Project, Nova Iorque, Maio 2021. Disponível em: https://rhg.com/wp-content/uploads/2021/05/RHG_TWS-2021_Full-Report_Final.pdf. Acesso em: 26 ago. 2023.

HUANG, Betty; XIA, Le. **ODI from the Middle Kingdom: What's next after the big turnaround?** China Economic Watch, BBVA. Fevereiro 2018. Disponível em: https://www.bbva.com/wp-content/uploads/2018/02/201802_ChinaWatch_China-Outward-Investment_EDI.pdf. Acesso em: 08 out. 2023.

LACERDA, Antônio Corrêa de. **Economia Brasileira.** 6ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2018.

LAFER, Celso. **O planejamento no Brasil; observações sobre o plano de metas (1956/1961).** In: MINDLIN LAFER, B., 1970.

LEITE, A.C.C. *O projeto de desenvolvimento econômico chinês – 1978-2008: a singularidade de seus fatores políticos e econômicos.* Tese de Doutorado (Ciências Sociais/Relações Internacionais). São Paulo: PUC/SP, 2011.

LEITE, A. C. C. **A industrialização de áreas agrícolas na China: uma consequência do recente desenvolvimento chinês.** REVISTA Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, nº 36, p. 91-116, outubro 2013

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUIZ, Jorge. **A emergência da América do Sul na agenda da política externa brasileira nos governos Lula da Silva (2003-2010)**. Espaço & Economia. 2017. 26 p.

NEDOPIL Wang, **Christoph**. **China's Investments in the Belt and Road Initiative (BRI) in 2020**. Green BRI Center, International Institute of Green Finance (IIGF), Pequim, jan. 2021. Disponível em: <https://green-bri.org/wp-content/uploads/2021/01/China-BRI-Investment-Report-2020.pdf>. Acesso em: 08 out. 2023.

RICARDO, J. **As crises econômicas mundiais**. Brasília: v 01, p. 1-20, mar. 2000.

REUTERS. **Elétrica chinesa Spic conclui compra da Pacific Hydro Brasil e mira expansão**. G1, 13 ago. 2017. Economia, p. 1. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/eletrica-chinesa-spic-conclui-compra-da-pacific-hydro-brasil-e-mira-expansao.ghtml>. Acesso em: 26 ago. 2021.

ROSITO, Tatiana. **Bases para uma estratégia de longo prazo do Brasil para a China**. Conselho Empresarial Brasil-China, out. 2020. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2020/11/26/bases-para-uma-estrategia-de-longo-prazo-do-brasil-para-a-china/>. Acesso em: 02 set. 2023.

SARQUIS, Sarquis José Buiainain. **Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SCHUMPETER, J. **The Theory of Economic Development**. Harvard University Press. Cambridge Massachusetts, 1934.

STIGLITZ, J. **A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais**. Ed. Futura, São Paulo: 2002.

ZHANG, **Yongjin**. **China goes Global**. The Foreign Policy Centre, Londres, 2005. Disponível em: <https://www.fpc.org.uk/wp-content/uploads/2006/09/449.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.